



PARECER PRÉVIO Nº 2/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11068/2014.

Apenso: Processo nº 10443/2014 e 10575/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte

4- Exercício: 2013

5- Responsável: JOSEIAS LOPES DA SILVA (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICAMI - DICOP

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 867/2016-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a desaprovação das contas anuais da Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte, referente ao exercício 2013, de responsabilidade do Sr. **Joseias Lopes de Souza**, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCE-AM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/97.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 2/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,
Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº2/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11068/2014.

Apensos: Processo nº 10443/2014 e 10575/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte

4- Exercício: 2013

5- Responsável: JOSEIAS LOPES DA SILVA (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICAMI - DICOP

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 867/2016-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte, de responsabilidade do Sr. Joseias Lopes de Souza, exercício 2013, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III, “a”, “2” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE;

9.2. Aplicar Multa ao Sr. Joseias Lopes da Silva no valor de 4.384,12 (Quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, III, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.3. Aplicar Multa ao Sr. Joseias Lopes da Silva no valor de 8.768,25 (Oito



ACÓRDÃO Nº2/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

- 9.4. Considerar em Alcance** o Sr. Joseias Lopes da Silva no valor de 76.138,65 (Setenta e seis mil, cento e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte, em função das glosas especificadas no Relatório Conclusivo Técnico da DICOP e no Parecer Ministerial. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.5. Determinar** a Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que após o prazo fixado em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias imposta, proceda a instauração da cobrança executiva nos termos do artigo 173 do Regimento Interno.
- 9.6. Recomendar** a Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, assim como maior controle sobre seu patrimônio, a fim de evitar a reincidência que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei nº 2423/96.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº2/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral